

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 231, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera o art. 1º, da Lei Municipal nº 3.990 de 31 de outubro de 2013, que altera o inciso IV, no parágrafo único do artigo 27 da Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007, e revogou-se a Lei municipal nº 3.475, de 12 de abril de 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL, de Eldorado do sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica alterado o art.1º, da Lei Municipal nº 3.990, de 31 de outubro de 2013, o qual passará a ter a seguinte alteração:

“Art. 1º Fica alterado o inciso IV ao art. 27, na Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007, que terá a seguinte redação:

IV – O valor do vale alimentação concedida aos Conselheiros tutelares será no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 05 de dezembro de 2013.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº. 231 de 05 de dezembro de 2013, que: “Altera o art. 1º, da Lei Municipal nº 3.990 de 31 de outubro de 2013, que altera o inciso IV, no parágrafo único do artigo 27 da Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007, e revogou-se a Lei municipal nº 3.475, de 12 de abril de 2011.

O presente projeto de Lei tem a finalidade de corrigir no sentido de se alterar a Lei 3.990/13, para que corrigindo-se o erro material constatado em seu art. 1º, preveja-se que está sendo alterado o inciso IV do Parágrafo único do art. 27, e não do art. 1º da Lei 2.792/07.

Pois tal situação foi verificada pelo controle interno, que no exercício regular de sua função de orientação e fiscalização, estabelecida no artigo 18 da Lei Municipal nº. 3.787/12, indicou a respeito da alteração da Lei nº. 3.990, de 31 de outubro de 2013.

A Lei Municipal nº. 3.990/2013, revogou expressamente a Lei Municipal nº. 3.475, de 12 de abril de 2011, que por sua vez, alterou a Lei Municipal nº. 2.792, de 12 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Conselho Tutelar, para acrescentar inciso IV ao Parágrafo Único do art. 27, que regula os direitos dos Conselheiros Tutelares.

Portanto, o inciso IV, acima referido, foi instituído, na Lei nº. 2.792/07, pela Lei nº. 3.475/11, revogada pela Lei ora em apreço (Lei nº. 3.990/13).

Portanto, a Lei nº. 3.990/13, que dispõe sobre os vales alimentação auferido aos Conselheiros Tutelares, deve alterar o inciso IV do Parágrafo Único do artigo 27 da Lei nº. 2.792/07 com a redação dada pela Lei nº. 3.475/11, e não, como menciona alterar o art. 1º da Lei nº. 2.792/07, como está expresso.

Por fim, deve-se conforme o projeto presente alterar a Lei nº. 3.990/13, para que corrigindo-se o erro material constatado em seu art. 1º, apontando-se que está sendo alterado o inciso IV do Parágrafo Único do art. 27, e não do art.1º, da Lei nº. 2.792/07.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal